

Mensagem do Diretor para a Biodiversidade, DG Ambiente, Comissão Europeia, ao 16.º Congresso da Água com o tema “Viver com a Água”

Humberto Delgado Rosa (21 de março de 2023)



Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=m7fNl3YtTvA>

Queria começar por agradecer à APRH por me ter convidado a dizer algumas palavras neste Congresso sob o tema “Viver Com a Água”.

Sou Diretor para a Biodiversidade, estou numa sessão sobre investimentos estratégicos, pelo que irei relacionar biodiversidade e tema água num sentido de investimento.

Estamos num momento oportuno porque a Água continua a ser um tema muito importante na agenda europeia e internacional. Já na próxima semana haverá em Nova Iorque uma Conferência das Nações Unidas para a água (22 e 24 de março de 2023).

O nexa Água, Biodiversidade e Clima está em alta, está em crescendo. Há uma perceção cada vez maior de que há uma crise ambiental global, não só devido às alterações climáticas mas também devido à perda de biodiversidade e à poluição – trata-se na verdade de uma crise de insustentabilidade global. É interessante verificar como o Fórum Económico Mundial tem vindo a dar, na sua análise anual de maiores riscos para a economia, uma prevalência cada vez maior aos riscos climáticos e ambientais.

Basta constatar que seis dos dez maiores riscos para a economia são, desde há dez anos, riscos ambientais: eventos climáticos extremos, perda da biodiversidade e colapso de ecossistemas, crises de recursos naturais, etc. Isto explica porque é que a União Europeia tem estado sobre a égide do Pacto Ecológico Europeu, o qual é uma verdadeira estratégia de desenvolvimento sustentável da União Europeia, com dimensão ambiental, mas também económica e social. A principal mensagem do Pacto Ecológico é, para além da atenção acrescida às alterações climáticas, a inclusão dos fatores ambientais, como a água e a biodiversidade, ao mesmo nível de atenção política do fenómeno das alterações climáticas.

Isso explica desde logo porque é que a União Europeia tem hoje a estratégia de biodiversidade a 2030 mais ambiciosa do mundo, com metas quantificadas para a conservação, para o restauro, para o uso sustentável, no sentido de abordar as principais causas de perda de biodiversidade.

Outro facto de relevância tem a ver com o novo acordo global para a biodiversidade, alcançado em dezembro de 2022 na COP15 da Convenção da diversidade biológica. Foi um sucesso histórico e algo inesperado, perante o contexto bem conhecido de guerras e de inflação, e quando a COP27 sobre alterações climáticas não tinha tido resultados assinaláveis. O sucesso da COP15 implica que o mundo passou a ter um conjunto de objetivos quantificados para a biodiversidade de vários tipos: restauro da natureza, conservação, uso sustentável, nutrientes, pesticidas, financiamento, abandono de subsídios perversos para o ambiente, etc.. São várias metas quantificadas, ambiciosas e com data para o seu cumprimento a 2030. Ou seja, existem razões acrescidas para que daqui para a frente o planeamento e investimento tenha também em conta esta dimensão da biodiversidade. Um aspeto chave neste contexto será: A palavra-chave para esta questão é a expressão: Soluções Baseadas na Natureza.

Desde logo, muitos dos investimentos em alterações climáticas são também investimentos relevantes para a natureza. A visão da natureza como um detalhe, ou como uma espécie de ‘parente pobre’ dos investimentos ambientais, está a mudar. A redução de emissões ou a adaptação às alterações climáticas é ou pode ser muitas vezes abordada através de investimentos em soluções naturais, cujos resultados também económicos

são eficientes. Não se trata meramente da defesa de espécies protegidas, mas sim da reposição de serviços de ecossistemas que nos fazem falta, dos quais dependemos e que muitas vezes perdemos ou degradamos em larga medida. Estas Soluções Baseadas na Natureza aplicam-se numa grande diversidade de áreas, incluindo na agricultura práticas agroecológicas que ajudam a substituir inputs químicos, ou em práticas de silvicultura mais próximas da natureza, como promovidas na Estratégia Florestal da EU a 2030. Aplicam-se igualmente no planeamento urbano, onde a infraestrutura verde incorporada na cidade dá reconhecidas vantagens, desde a qualidade de ar e água até à contenção de efeitos de calor e prevenção de cheias, entre outras. Estas soluções também estão a ser promovidas na defesa costeira, com resultados que podem ser iguais ou superiores às soluções convencionais, e em geral na adaptação às alterações climáticas.

No que diz respeito à água, a maior parte dos efeitos climáticos extremos têm uma relação estreita com o meio hídrico. O recente impacto de cheias e secas na União Europeia e fora dela é muito evidente, por exemplo na produção agrícola com perda de colheitas, e até a navegação tem sido afetada pela seca em grandes cursos de água europeus, havendo ainda ameaças ao abastecimento público de água nalgumas regiões e uma redução na produção de energia hidroelétrica.

A escassez de água deixou de ser uma raridade ou um problema só de certos países. Hoje, 20% do território e 30% dos europeus num ano médio são afetados por stress hídrico. São necessários investimentos focados na resiliência do ambiente e dos ecossistemas. As soluções baseadas na natureza não são uma panaceia universal, não substituem só por si as soluções tecnológicas, mas são complementares e em muitos casos alternativas, podendo coexistir com uma boa proporção custo-benefício. É nesse sentido que as infraestruturas verdes e cinzentas nos meios urbanos e na defesa costeiras podem e devem coexistir. É um bom momento para uma certa “re-engenharia” emergente, que incorpore a engenharia ecológica em coexistência com a engenharia mais tradicional, e com vantagens para investimentos estratégicos, também e em particular no domínio da água.

O último tema que quero abordar relaciona-se com o restauro da natureza, no mesmo enquadramento

das Soluções Baseadas na Natureza. A Comissão Europeia apresentou em junho de 2022 uma proposta de lei de restauro da natureza, com vista a impor metas obrigatórias de restauro dos ecossistemas em mau estado, inclusive os aquáticos, nos quais houve uma grande perda de populações de espécies aquícolas, uma perda de zonas húmidas e um mau estado ecológico das águas superficiais. A lei de restauro da natureza veio propor metas vinculativas de restauro para uma série de habitats, uns já protegidos e outros não, com uma relação complementar com outras leis já existentes, como Diretiva-Quadro da Água e as Diretivas Aves e Habitats. Esta lei cobre o restauro de ecossistemas de águas doces, em particular a fragmentação dos rios que na UE têm demasiados obstáculos: calcula-se que haja uma barreira por quilómetro, ou seja, mais de um milhão de barreiras nos rios europeus. Por isso, um dos objetivos da lei da natureza é contribuir para repor a continuidade nos rios, nuns casos pela remoção das barreiras obsoletas, que causam mais danos do que benefícios, noutros casos construindo sistemas de passagens para peixes migradores. Um dos objetivos da lei de restauro da natureza é a identificação e remoção de barreiras obsoletas, visando contribuir para uma meta assumida na estratégia de biodiversidade - pelo menos 25 000 km de rios europeus livres até 2030.

A proporção custo-benefício do restauro da natureza está estimada em média para a UE de 1€ para 8€, em média, ou seja, por cada euro gasto há oito euros de retorno. Nem todo o valor será um retorno que possa ser monetizável ou apropriado pelo mercado, mas parte dele sim, quando o restauro dá um benefício económico direto. Para os restantes casos em que há benefícios públicos e sociais mais vastos, o investimento público no restauro da natureza é plenamente justificável.

A mensagem principal que quero deixar neste Congresso é esta: os investimentos estratégicos futuros em água implicarão prioridade a uma economia positiva para a natureza ou regenerativa, às Soluções Baseadas na Natureza, ao restauro da natureza, e à integração dos serviços de ecossistemas no planeamento e na engenharia da água. Estou certo de que este tema tem plano enquadramento neste Congresso espero ter contribuído para o debate sobre esta matéria.